



Produção de Discursos e Mobilização Social no Conflito de Belo Monte¹

Pauline Cristine Camarão Protasio BARBOSA²

Jax Nildo Aragão PINTO³

Instituto de Estudos Superiores da Amazônia - IESAM, Belém, PA

Resumo

Com o avanço da chamada sociedade da informação e o visível crescimento econômico do país, a população brasileira desenvolveu características do consumo exacerbado, fator este que está ligado inclusive com a produção de energia elétrica. Por esta razão, vários estudos que viabilizam a geração de energia através da hidroeletricidade foram realizados, sobretudo na Região Amazônica, devido o grande potencial da região para este tipo de energia. Dentre eles, se destaca a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, Pará, cujo empreendimento é motivo de grandes debates entre os atores sociais favoráveis e/ou contrários à construção. Esta pesquisa propõe realizar a análise do discurso e da mobilização social, elaborados e produzidos por estes.

Palavras-chave

Análise do discurso, Mobilização Social, Belo Monte, Amazônia, Comunicação

Introdução

Durante os últimos anos, percebe-se um significativo crescimento da economia brasileira e isto configura uma preocupação constante dos nossos governantes, uma vez que esta atual mudança econômica só foi possível através de medidas tomadas pelo governo para que o país fosse visto em vias de desenvolvimento. Neste contexto, a indústria precisa de sinais de recuperação, é o que gera mais emprego e mais consumo da população. E neste cenário, é evidente que temos um déficit na geração de energia capaz de sustentar a grande demanda de produção exigida pela população.

O Brasil é um país que possui um grande número de riquezas naturais, e tem justamente nestas, uma espécie de fonte de geração de energia para abastecer principalmente a indústria. Dentre estas, destaca-se principalmente o grande número de bacias hidrográficas que ele possui, sobretudo na Região Amazônica, o que evidencia o potencial que o país tem para gerar energia através da água, e onde também foram realizados vários estudos que viabilizassem a construção de hidrelétricas para o abastecimento de energia. Dentre estes estudos, o que ganhou mais destaque desde a

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 01 a 03 de maio de 2014. Realizado também por Andreza Carvalho, Graduada do Curso de Comunicação Social: hab. em Relações Públicas do IESAM.

² Graduada do Curso de Comunicação Social: hab. em Relações Públicas do IESAM, e-mail: pauline.protasio@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Prof. Msc. do Curso de Comunicação Social: hab. em Relações Públicas do IESAM, e-mail: jaxp3072@gmail.com



década de 70 e que até hoje levanta muitos questionamentos é o da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), localizada às margens da Bacia do Rio Xingu, no município de Altamira, no estado do Pará.

A construção da usina foi a solução encontrada pelo Governo Federal para gerar energia limpa e renovável, visando o desenvolvimento do Brasil, além de ser a alternativa mais rentável, se comparada a outras fontes de energia, como a nuclear e a eólica, por exemplo. Porém, nos últimos anos, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem gerado vários debates acerca dos benefícios e impactos causados pela sua construção para a área de sua influência, sobretudo para as comunidades que serão diretamente afetadas com a construção, como indígenas, ribeirinhos, pescadores, entre outros.

Embora seja um projeto que tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento, ele também causa grande impacto social e principalmente ambiental para as comunidades e em toda sua área de influência. Além da retirada de várias famílias, haverá o alagamento de parte significativa da região conhecida como Volta Grande do Rio Xingu, o que influenciará também na atividade biológica do rio, principalmente no que diz respeito à produção de peixes.

Devido a este motivo, várias alterações já foram feitas no projeto inicial, de forma que os impactos ambientais sejam os mínimos possíveis, no entanto, também são questionados os processos licitatórios para a autorização da construção e se os impactos ambientais e socioeconômicos serão somente os previstos nos documentos já existentes.

O que se observa dentre estes fatos é que existe um grande embate por parte de atores sociais que organizam mobilizações sociais que se manifestam contrárias ou favoráveis à construção da usina, devido a fatores que não estão devidamente esclarecidos e/ou explicados para a sociedade, sobretudo aos que serão direta e indiretamente afetados com os impactos da obra.

A partir deste contexto, este trabalho busca realizar a análise dos discursos produzidos pelos atores sociais envolvidos neste conflito de ideias e posicionamentos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira, no estado do Pará, feita a partir da seleção de matérias veiculadas através de postagens nos blogs institucionais destes atores.

Pretende-se ainda com esta análise principal, identificar os públicos atuantes dentro deste contexto, bem como identificar de que forma a produção destes discursos representam a realidade econômica e social encontrada no local.



Busca-se também analisar a atuação do profissional de Relações Públicas neste contexto. Apesar de existirem vários estudos referentes ao contexto da construção da UHE Belo Monte, pouco se encontra pesquisas referentes as mobilizações sociais e a produção do discurso de suas vertentes o que torna o estudo relevante por trazer à tona este viés de pesquisa.

Fundamentação Teórica

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS E O PAPEL DA AMAZÔNIA NESTE CONTEXTO

Com o advento da Revolução da Tecnologia da Informação, criaram-se subsídios para que uma nova economia surgisse nos últimos anos, onde sua base está na facilidade do acesso à informação e ao conhecimento, fatores que estimulam o crescimento de uma sociedade, introduzindo novos elementos, como a produtividade e a competitividade, que determinam a característica dinâmica da economia e que também elevam o padrão de vida da sociedade.

Ainda que este crescimento tenha se apresentado tardiamente no Brasil, por aqui, este crescimento não foi diferente. À medida que a informação e a aplicabilidade eficiente dela passaram a ser inseridas às vertentes econômicas do país, percebeu-se então um desenvolvimento positivo que chamou atenção inclusive de outros países.

Informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais para o crescimento da economia e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica. (CASTELLS, 2007, p.119)

O desenvolvimento econômico do país, no entanto, ainda é uma preocupação atual do estado brasileiro, uma vez que se permitiu criar na sociedade, a percepção de que o Brasil encontra-se em vias de desenvolvimento, através de facilidades crediárias e de políticas que garantam a melhoria da distribuição de renda, possibilitadas pelo governo com o propósito de criar a dinâmica desta atual economia globalizada. Com estas informações, é possível admitir que a sociedade passou a criar a característica do consumo exacerbado, fato este que influencia também em outros setores que estão direta ou indiretamente ligados à este consumo. E, quanto mais consumidores os cidadãos forem, mais produtos o comércio terá que vender, mais produtos a indústria terá que fabricar e mais energia terá que ser gasta para fabricar os produtos.



Devido ao fator do desenvolvimento econômico, a energia também é um setor que está ligado à questão do consumo. Não se podem analisar estas questões separadamente. Porém existe o questionamento de como produzir energia suficiente para atender a essa crescente demanda e como conseguir as fontes necessárias para essa produção.

O Brasil é um país conhecido mundialmente por suas riquezas naturais e dentre estas, e já pensando como alternativa para a geração de energia, destaca-se principalmente o grande número de bacias hidrográficas que o país possui, sobretudo na Região Amazônica, evidenciando assim o grande potencial do Brasil no que diz respeito à geração de energia utilizando a água, chamada de hidreletricidade.

Ao longo dos últimos anos, percebe-se uma modificação contínua e significativa da floresta amazônica, o que ocasionou uma perda importante de cobertura florestal, devido à extensão das terras atingidas.

Como afirma Castro (2005), as causas do desmatamento na Amazônia são variadas e elas manifestam a complexidade dos atores sociais e dos interesses, que fazem da região um lugar de oportunidades, de capitalização de recursos, mas também um lugar de tensão e conflito. Ela também ressalta que esta alteração espacial que podemos ver atualmente na Amazônia, resulta de mudanças ocorridas na sociedade e na economia nas últimas décadas. Com isso, vários estudos foram realizados na década de 70, evidenciando o potencial da região para a exploração dos recursos, sobretudo a exploração do minério e a construção de hidrelétricas para abastecer a indústria e a população. Com o Brasil ainda sob o comando militar, a política nacional de desenvolvimento proposta naquela época viria a harmonizar-se muito bem com estes estudos. Porém, ainda nos anos 70, alguns estudos já alarmavam os graves problemas ambientais que este modelo de desenvolvimento poderia causar na região amazônica, mas somente alguns anos depois tornaram-se de fato uma questão relevante para a sociedade.

PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

Tendo como base que a atividade de Relações Públicas passou a tomar proporção a partir dos debates e reflexões que norteavam a administração pública no início da modernidade (Pinho, 2008), apontam-se os princípios fundamentais desta atividade que visa a harmonia social.



Zogbi (1987) citado por Hoch (2008, p. 9) define que a atividade de Relações Públicas tem por finalidade “harmonizar ou ajustar as diversas características de comportamento de uma entidade, empresa ou governo com seus respectivos públicos, agindo como mediadora, de maneira a torná-la aceita em seu meio”. Vieira (2002), afirma que as Relações Públicas buscam manter o equilíbrio entre grupos que partindo de uma controvérsia possuem discursos e interesses distintos. No entanto, a atividade das Relações Públicas não se restringe somente como mediadora social, mas também como incentivadora da conscientização do homem, agindo como transformadora da sociedade.

Ao fazer referências ao conceito de público não se fala somente a um grupo de pessoas reunidas, ou na sociedade em geral, mas de um grupo de pessoas reunidas a partir de uma controvérsia, que voltadas para esta, analisam e discutem possíveis ações conjuntas, tendo por base a abundância de informações. (ANDRADE, 2005)

Este conceito é fundamental para falar de opinião pública, uma vez que ele é seu elemento formador. A partir das definições de opinião pública de Andrade (2005), pode-se compreendê-la como um processo intelectual, originado em uma controvérsia e seguido de uma discussão racional, onde é fundamental observar pontos de vista comuns e divergentes, dando continuidade em busca de uma solução que resulta em uma atitude comum, que será expressa em seguida através de uma opinião coletiva.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA

Nos primeiros artigos da Constituição Brasileira, verifica-se a opção por um Estado Democrático de Direito, deixando isso de forma evidente à sociedade. Segundo Toro e Werneck (2007), o Brasil vive um desafio desde o final do século XX, que é a construção de uma cultura ética e democrática, do modo que posiciona a mobilização social como um meio colaborativo para que isto se concretize, uma vez que “necessariamente, numa democracia, há que se estabelecer o diálogo, o consenso, a ausculta aos diversos grupos e movimentos sociais”. (PINHO, 2008, p. 21)

Torna-se então relevante compreender conceitos mais contemporâneos de sociedade civil, onde se encontram os atores sociais que protagonizam as lutas pela democracia e cidadania, nas demais ações coletivas que serão estudadas e onde se encontram também “movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem para a esfera pública” (HABERMAS, 1997, p.99).



A sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmica e participativa entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos (JANOSKI apud VIEIRA, 2001, p. 36)

Tendo como base esses conceitos compreende-se que, é a partir dos grupos originados na sociedade civil, atuantes nas lutas, que as pessoas aprendem a se interessar e participar das questões públicas, atualmente, por meio de movimentos sociais e ONGs, por exemplo. Para Habermas (1997) é na Sociedade Civil que os discursos são institucionalizados, estes são capazes de solucionar problemas, sendo-os inseridos na esfera pública como ponto de interesse geral. Neste contexto, Kunsch (2007) afirma que, diferentemente da cidadania, que atua na esfera estatal, a sociedade civil atua diretamente na esfera pública, onde através do debate, os grupos formados por ela produzem estruturas institucionais que beneficiam a cidadania.

Então, “a prática da cidadania depende de fato da reativação da esfera pública, onde indivíduos podem agir coletivamente e se empenhar em deliberações comuns sobre todos os assuntos que afetam a comunidade política”. (PASSERIN D’ENTRÈVES, apud VIEIRA, 1997, p.1)

Habermas (1997) apresenta a esfera pública como um fenômeno social elementar: “é uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões: nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões publicas”. (HABERMAS, 1997, p. 92)

Pode-se compreender a esfera pública como um âmbito de discussão, que garante a formação democrática da opinião e da vontade. Nessa discussão estão inseridos os atores sociais originados da sociedade civil, os quais possuem a competência de ampliar e garantir o exercício da cidadania.

Toro e Werneck (2007) ressaltam que essa ordem de convivência, em busca da democracia é algo construído. Com isso a mudança se torna algo palpável. Desta forma, pode-se dizer que a ordem social encontrada em uma sociedade civil é resultado da criação dela própria, colocando então, que a sociedade deve aprender a ser auto-fundadora de sua ordem, para assim ter a construção de uma convivência democrática.

Com isso também se pode compreender a democracia a partir do que Silva diz:

A democracia, em verdade, repousa sobre dois princípios fundamentais ou primários, que lhe dão a essência conceitual: a) o da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo; b) a participação, direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja



efetiva expressão da vontade popular; nos casos em que a participação é indireta, surge um princípio derivado ou secundário: o da representação. (SILVA apud DIAS, 1998, p. 2)

Desta forma, observa-se que, para a democracia acontecer, a sociedade tem que atuar de forma ativa, com a competência da mudança e o modo destas ações sucederem são através da mobilização social, definida por Toro e Werneck (2007) como um agrupamento de pessoas, comunidade ou uma sociedade que devido um objetivo comum possuem atitudes e decisões que, de forma constante, buscam resultados, a mobilização acima de tudo é um ato de liberdade, porque ocorre através da convocação, onde o outro tem total liberdade de entrar nesse compartilhamento de objetivos ou não.

Inserido nesta conceituação, apresentam-se três atores integrantes do processo de mobilização social, são eles: produtor social, reeditor social e o editor social. O primeiro se refere ao agente que tem competência de criar condições para que a mobilização social ocorra, ele é quem vai direcionar as negociações do processo. São os produtores sociais que reconhecem os reeditores desse processo, estes são identificados como o ator social de público próprio, que tem a competência de direcionar as mensagens, transformando-as, negando-as e inserindo sentidos de acordo com público-alvo.

Dentro do processo de mobilização social, também são produzidas mensagens que necessitam ser editadas, convertidas em formas, símbolos e signos, para desta forma serem decodificadas e direcionadas aos seus reeditores. Este procedimento caracteriza a função do editor social. (TORO; WERNECK, 2007)

Dentro desse contexto percebe-se o novo campo de atuação das Relações Públicas, neste, ela está comprometida a exercer a legitimação do discurso dos grupos envolvidos nos debates da esfera pública, funcionando como um catalisador, ou seja, o profissional de Relações Públicas precisa compreender a realidade e as necessidades de todos os grupos envolvidos com objetivo de identificar ideias que se agreguem. Esta atuação tem como princípio acreditar no homem como potencia na busca de uma sociedade mais justa e livre, além de enxergar a sociedade civil como protagonista de uma mudança benéfica para a execução da cidadania.

É necessário criar políticas de comunicação que buscam o debate e o diálogo como forma de viabilizar a interação das organizações, sejam elas públicas, privadas ou de outras instituições com seus determinados públicos, visando o interesse público e a criação da opinião pública.



CONCEITOS BÁSICOS DE DISCURSO

No sentido etimológico da palavra, o discurso tem a ideia de movimento, de percorrer em algo. Por outro lado, ele também pode estar relacionado com a geração de um sentido de um texto ou de uma ideologia, através de mecanismos utilizados para a produção deste. O conceito mais conhecido sobre a definição de discurso se baseia nos estudos de Foucault, onde ele diz que o discurso é "[...] um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva". (BRANDÃO, 1998, p.28)

Ele também acrescenta a este conceito a ideia de que o discurso é uma dispersão, uma vez que não está ligado a nenhum princípio de unidade, mas que para possuir o que ele denomina de regularidade, é necessário estar inserido dentro de regras de formação para a sua composição, tais como: os objetos que aparecem e que se transformam em um ambiente "discursivo", os diferentes tipos de enunciação, o surgimento dos conceitos dentro deste ambiente discursivo, assim como a temática e as teorias que surgem.

Já Gregolin (1995, p. 17) acredita que "o discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários textos que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas". Aliás, em sua opinião existe um ponto de vista técnico, que aborda o discurso como sendo uma narrativa que faz a junção destes textos físicos e dos demais contextos que circulam pela sociedade e que são produzidos através de mecanismos que possibilitam a geração de um sentido para a narrativa (discurso).

É importante que se entenda que o discurso tem a base de sua formação na disseminação da ideologia, que Foucault (1979) diz que esta também é diretamente ligada a questão da verdade, sustentada e apoiada pelos sistemas de poder que circulam na sociedade, sejam eles econômicos, sociais, culturais, etc. Mas para que a propagação deste discurso seja realizada, fatores como a linguística e os recursos semióticos, quando aliados, ajudam a concretizar de forma mais clara e objetiva a disseminação, uma vez que entendemos também que este discurso pode encontrar-se também nas entrelinhas de outros recursos que não somente a fala propriamente dita, sendo ela então, dentro do discurso, inerente aos signos. Segundo Brandão (1998) citado por Silva (2005), a linguagem não pode ser estudada somente como um fenômeno que em sua formação exige de seus usuários um conhecimento específico, mas também como formadora ideológica.



Dessa forma, entende-se que o discurso, através de sua propagação, não é direcionado a qualquer um e nem é originado por qualquer pessoa ou grupo. É necessário ter competências específicas para ser parte desta classe dominada, bem como para ser o emissor do discurso, justificando então a citação de Chauí (2011, p.19) que diz “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”. Ela ainda observa acerca do que denomina como discurso ideológico ou dominante, que neste discurso a sociedade surge no processo, necessitando entender que ela é gerada dentro do processo político e social e ao mesmo tempo é também uma condição para que estes sujeitos (social e político) atuem no processo e a figura do Estado aparece vinculada à questão da ideologia, enquanto um poder que representa a si mesmo como instância que não atua junto com o social e proporciona à sociedade aquilo que lhe falta primordialmente: unidade, identidade e homogeneidade. Existe claramente neste contexto, o surgimento de uma classe que domina e de outra que é dominada, através da disseminação destas ideologias. Neste sentido então, a função da ideologia é "a tentativa para fazer com que o ponto de vista particular da classe que exerce a dominação apareça para todos os sujeitos sociais e políticos como universal e não como interesse particular de uma classe determinada". (CHAUÍ, 2011, p.31)

Porém, este discurso ideológico também é feito de espaços em branco, como se fossem lacunas a serem preenchidas e é justamente por conta destas lacunas que ele se transforma em um discurso poderoso, pois "a tentativa de preencher os brancos do discurso ideológico e suas lacunas não nos levaria a "corrigir", os enganos ou as fraudes desse discurso e transformá-lo num discurso verdadeiro." (CHAUÍ, 2007, p. 32)

Eis aí a base para conceituar o que Chauí (2011) caracteriza como o contradiscurso ou discurso crítico, pois ele não contrapõe-se do discurso ideológico, mas possibilita o surgimento de todos os desdobramentos e questionamentos acerca do discurso ideológico.

Ao fazermos um comparativo com a problemática estudada, percebe-se claramente que existe dentro da questão da construção da UHE Belo Monte um discurso ideológico desenvolvimentista, mas em contrapartida existe o discurso crítico da sociedade que se baseia justamente em questionar as várias lacunas existentes dentro deste discurso ideológico.



Metodologia da Análise

O trabalho teve sua pesquisa voltada para o discurso que envolve a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), localizada às margens da Bacia do Rio Xingu, no município de Altamira, no estado do Pará.

Foram realizadas também as análises dos discursos e temáticas produzidos nas redes sociais, como forma de entender a construção e a linha de raciocínio dos atores sociais e também para elaboração das perguntas que foram utilizadas no roteiro de perguntas repassado aos atores sociais envolvidos no contexto de Belo Monte.

Como forma de ter maior relevância dos conteúdos a serem analisados, a rede social escolhida foi o blog. Foram escolhidos o Blog da Norte Energia S.A, o Blog do Comitê Xingu Vivo Para Sempre e o Blog do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pois estes são os veículos de comunicação que os atores sociais mais utilizam para divulgar suas ações e informações. Também fora realizada uma entrevista a partir de um roteiro de perguntas em caráter semiaberto elaboradas pelas autoras, com um membro do Comitê Xingu Vivo Pra Sempre.

Para realizar a análise dos discursos produzidos pelos atores sociais, foram utilizados os aspectos metodológicos descritos por Fernandes (2008), em três parâmetros importantes: recorte, enunciado e trajeto temático. Foi utilizada também a definição dos atores sociais em relação à mobilização social proposta por Toro e Werneck (2007), onde o sujeito é dividido em três categorias distintas: produtor social, editor social e reeditor social.

Com o objetivo de facilitar e identificar de forma prática, a análise foi dividida em duas partes - quanto ao sujeito e quanto ao enunciado - considerando principalmente os elementos-chave para a realização da mesma. Primeiro, foi realizada uma observação geral dos conteúdos produzidos pelos atores sociais em seus blogs, veículo que a maioria destes atores utilizam para divulgar suas ações e ideologias, para classificá-los de acordo com a nomenclatura que Toro e Werneck (2007) utilizam para a identificação do sujeito: produtor social, editor social e reeditor social. Após as observações, foi feito um recorte, uma seleção de partes que serão consideradas importantes para a análise. Para esta seleção foi considerado postagens com maiores relevâncias, os assuntos em mais evidência e com contradições presentes. Feito o recorte, a parte selecionada então passou a ser tratada como enunciado e então foi analisada, considerando a análise e classificação do sujeito e das circunstâncias onde o enunciado existiu, bem como seus



fatores sociais, históricos, empíricos, etc. Com isso também foi possível identificar o trajeto temático do sujeito e do enunciado em questão.

Análise

ANÁLISE QUANTO AO SUJEITO

A empresa e os movimentos sociais, bem como a comunidade, estão inseridos no contexto da construção de UHE Belo Monte como atores que protagonizam o processo de mobilização social, uma vez que compartilham o imaginário e as ações para alcançá-lo. Identifica-se então, a partir da classificação de Toro e Werneck (2007), que a empresa Norte Energia S.A caracteriza-se como **produtora social**. Por representar o governo e fazer frente à construção da UHE Belo Monte, a empresa cria condições para que o discurso favorável seja legitimado e apresenta-se como precursora desta ideia, defendendo a mudança da matriz energética brasileira.

Da mesma forma que a Norte Energia apresenta a ideia de precursão, percebe-se que esta característica também é presente nos ideais do Comitê Xingu Vivo Para Sempre, apesar de ambas as organizações se apresentarem de forma antagônica no conflito de ideias.

Com isso, o Comitê se classifica também como **produtor social**, devido ao estímulo de geração de debate, convidando, desta forma, a sociedade a compartilhar deste mesmo ideal.

Outro ator social inserido dentro deste contexto de Belo Monte é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Este pode ser caracterizado como **reeditor social**, uma vez que atua com seu público próprio, readequando as mensagens de acordo com a sua realidade.

Visto que cada ator pode empenhar mais de uma função ao mesmo tempo, os três atores sociais mencionados acima também são classificados como Editores Sociais, uma vez que é necessário legitimar o seus discursos por meios de comunicação. Ainda segundo o mesmo autor, o Editor Social é responsável por editar mensagens, transformá-las em signos, símbolos e decodificá-las de forma que atinja os diversos reeditores sociais. Dessa forma, pode-se dizer que as equipes responsáveis pela sustentação dos blogs analisados são os editores sociais do contexto estudado.



ANÁLISE QUANTO AO ENUNCIADO

A partir da identificação do sujeito, inicia-se então a análise do discurso quanto ao enunciado, tomando por base a metodologia apresentada por Fernandes (2008), inserindo nesta, elementos como o recorte e o trajeto temático, além do próprio enunciado.

- Blog Belo Monte

O recorte foi retirado do Blog de Belo Monte, publicado na data de 26 de setembro de 2013, intitulado "Projeto de Belo Monte aquece economia de Altamira", onde o trecho selecionado diz:

Das 72 empresas visitadas em Altamira, 50% iniciou suas atividades no ano de 2010. Esse dado mostra que a construção da hidrelétrica de Belo Monte foi um fator decisivo para a instalação dessas empresas no município. “Essas empresas se instalaram um ano antes da implantação da Usina de Belo Monte, o que significa que o mercado está muito aquecido e se preparando para atender novos empreendimentos”, comentou a consultora Amanda Nascimento. (Fonte: Blog Belo Monte, 2013)

Nesta postagem observa-se a tentativa de fortalecer a ideia de que a construção da UHE Belo Monte proporcionará desenvolvimento econômico para a região, levando em consideração que, para esta vertente, o município de Altamira e adjacências possivelmente não seriam beneficiados de tal maneira se não houvesse a construção da usina.

Outro fator a compreender neste recorte é o fomento do empreendedorismo local, motivado pela construção da usina, fortalecendo o argumento de que a população local será a principal beneficiada com a construção.

O Blog também utiliza da ferramenta de vídeos, na tentativa de ilustrar a realidade das ideias apresentados pela empresa. Percebe-se então, a culminância de várias ferramentas como forma de auxiliadora de legitimar o discurso apresentado pela vertente favorável à construção da UHE Belo Monte.

- Comitê Xingu Vivo Pra Sempre

O recorte foi retirado da entrevista com o membro do Comitê. Ao ser questionado sobre a hidroeletricidade ser a opção mais viável para a geração de energia, o ativista optou pela variável que defende a existência de outras fontes energéticas consideradas menos poluentes e complementou dizendo:



As usinas hidrelétricas não são uma opção viável para geração de energia! Há vários motivos pra que essa seja uma opção sempre tão cotada, dos quais destacamos: falta de investimento nas outras formas de geração de energia, maior facilidade de desviar verbas desse tipo de projeto e, principalmente, o fato de nunca se levarem em consideração os custos sociais e ambientais da construção de usinas hidrelétricas.

Além disso, por especificidades no próprio rio Xingu, que na época mais seca praticamente seca, acreditamos que a produção de energia em BM será ínfima, e acabará por não compensar o seu alto custo e os tantos problemas sociais e ambientais que ela já vem causando. (Fonte: Roteiro de perguntas da pesquisa, 2013)

Percebe-se neste enunciado a ideia de oposição ao que o governo justifica para a construção de usinas hidrelétricas. O entrevistado considera esta opção uma facilitadora de desvio de verbas, devido ao grande investimento requerido. Além disso, afirma que esta não é a melhor opção por conta dos impactos que podem gerar. Ressalta ainda a falta de investimento por parte do Governo Federal em pesquisas de outras fontes geradoras de energias renováveis, como por exemplo, a eólica e a solar.

- Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB)

Neste recorte, temos no Blog do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na publicação intitulada “Norte Energia terá que cadastrar mais atingidos por Belo Monte” datada em 20 de dezembro de 2012, o trecho correspondente ao enunciado abaixo:

O Ministério Público Federal (MPF) entrou na Justiça com uma ação que obriga a Norte Energia, dona da barragem de Belo Monte, a cadastrar um número maior de famílias que os previstos anteriormente pela empresa como atingidos pelo lago da barragem na cidade de Altamira (PA). O MPF sustenta, com base em um estudo do Instituto de Tecnologia (ITEC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que houve erro no Estudo de Impacto Ambiental e os impactos da obra foram subdimensionados. (Fonte: Blog do Movimento dos Atingidos por Barragens, 2012)

Neste enunciado percebe-se a tentativa de ressaltar as inconsistências do projeto da construção da UHE Belo Monte, pois os estudos realizados pela empresa apresentavam uma realidade inferior ao que de fato ocorrerá. Este fato justifica-se claramente no enunciado através da interferência de órgãos do poder público, que mostram a intensiva fiscalização destes nos desenvolver da obra da usina. A divulgação das ações destes órgãos contribui na legitimidade do discurso, uma vez que, representa de maneira geral o interesse público em prol da comunidade local.



Em linhas gerais, observa-se que o Blog do Movimento dos Atingidos por Barragens não tem como seu único foco o contexto de Belo Monte, uma vez que ele também se insere em frentes de luta contra ações que originarão novas barragens no país. Ainda assim, suas postagens tem como objetivo, evidenciar as fragilidades encontradas no desenvolver da construção da UHE Belo Monte, tendo em vista não somente as barragens que serão construídas, mas também os impactos sociais e ambientais que ela está causando e poderá causar.

Considerações Finais

Após o acompanhamento dos blogs e a realização da entrevista como coleta de dados para a análise, nota-se que os três atores sociais buscam, através dos meios de comunicação, fortalecer e sustentar seus argumentos, transmitindo credibilidade e fomentando o debate, por meio da divulgação de informações. E em alguns momentos, os blogs seguem os mesmos eixos temáticos, apresentando divergências sobre estes pontos.

Com as análises é possível identificar que, dentro das problemáticas existentes devido a má utilização de mecanismos de relacionamento, ou até mesmo a ausências destes. Notou-se então a presença de um discurso dominante, justificado na proposta do governo em produzir matriz energética suficiente para suprir a necessidade de consumo excessivo da sociedade, fator este, uma consequência do desenvolvimento econômico atual do país. Neste discurso, encontrou-se também a escolha pela hidreletricidade, por ser a opção mais rentável e pelo fato do Brasil possuir recursos naturais em abundância (neste caso, temos em evidência o grande potencial hidrográfico do país, sobretudo na Região Amazônica), o que justifica também a construção de usinas hidrelétricas.

Apesar deste discurso se apresentar como dominante, existem lacunas dentro dele onde a vertente contrária se forma com o intuito de fomentar o debate sobre o assunto, tendo em vista a criação da opinião pública a partir da esfera pública, compreendida nesta pesquisa como um espaço de apresentação dos interesses coletivos e que podem gerar consequências para a comunidade.

Esta vertente contrária propõe o que Chauí (2011) trata como contradiscurso, levantando questionamentos pertinentes acerca dos processos de implantação e construção da usina no local, bem como os impactos sociais, ambientais e culturais que a obra pode causar, sem descaracterizar o discurso proposto pelo governo, tendo um ambiente de percepções divergentes dentro da sociedade.



Esta pesquisa também possibilitou identificar que os atores sociais que Toro e Werneck (2007) abordam, através de suas ideologias, podem influenciar direta ou indiretamente na formação da opinião pública referente ao contexto de Belo Monte.

Estes atores utilizam os meios de comunicação para a legitimação de seu discurso, nos meios onde eles se fazem presente.

Pode-ser dizer também que existe a ausência da prática das Relações Públicas Comunitárias, atividade que pode sanar conflitos existentes dentro do contexto de Belo Monte. Neste contexto, existe a necessidade do diálogo entre os atores sociais como forma de que ambos conheçam e entendam suas realidades e suas necessidades para que as informações sejam repassadas de forma mais assertiva e com maior veracidade, buscando amenizar as divergências entre os atores.

Tendo em vista o fator da prática da atividade de Relações Públicas ser ausente no contexto de Belo Monte, a mediação de interesse entre as vertentes se torna frágil. Contudo, observa-se a carência de um diálogo entre as partes interessadas, fato que poderia ser amenizado com a prática das Relações Públicas Comunitárias, que tem como objetivo humanizar as relações das organizações para com a sociedade, através do profundo conhecimento da realidade de seus envolvidos, buscando sanar problemas existentes entre os atores sociais, tendo como princípio a transparência e a sinceridade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Psicossociologia das Relações Públicas**. 2. ed, São Paulo: Loyola, 2005

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

Blog do Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em:
<<http://www.mabnacional.org.br/amazonia>>. Acesso em: 24 set. 2013

Blog do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Disponível em:
<<http://www.xinguvivo.org.br/>>. Acesso em: 24 set. 2013

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Páz e Terra, 2007.

CASTRO, Edna. **Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia**. Novos Cadernos Naea, Belém, v.8, n. 2, p. 5-39, 2005

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2011



DIAS, Luiz Claudio Portinho. **A democracia participativa brasileira**. Jus Navigandi, Teresina, ano 3, n. 27, 23 dez. 1998. Disponível em:
<<http://jus.com.br/revista/texto/61>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões Introdutórias**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. **Revista de linguística Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasil, 1997. v. 2.

HOCH, Catarina. **A atividade de Relações Públicas como articuladora de ações de comunicação integrada nas organizações**. Porto Alegre: UNISINOS, 2008. Trabalho não publicado

KUNSCH, Margarida M. K. Sociedade civil, multicitadania e comunicação social. In: **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

_____. Dimensões e perspectivas das Relações públicas Comunitárias. In: **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

Norte Energia S.A. Conheça UHE Belo Monte. Brasília, 2011. Disponível em
<http://www.blogbelomonte.com.br/wpcontent/uploads/2011/12/Cartilha_portugues_.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2013

PINHO, Júlio Afonso. O contexto histórico do nascimento das Relações Públicas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. **História das Relações Públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre, 2008. p 21-42

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a análise do discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**. 4 ed, São Paulo, 2005.

TORO, Bernardo. WERNECK, Nisia. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e sociedade civil no espaço público democrático. **Revista Direito, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: Departamento de Direito-PUC, 1997.

_____. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, Roberto Fonseca. **Relações Públicas: opção pelo cidadão**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.